

O ENSINO DE LIÇÕES DE COISAS NA VILA DE SÃO MIGUEL DE JUCURUTU/RN (1927-1932)

Nanael Simão de Araújo; Janaína Silva de Moraes; Maria Arisnete Câmara de Moraes

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - nanaelsimao@yahoo.com.br; janinasmorais@gmail.com; arisnete@terra.com.br

Resumo

Este trabalho analisa o ensino de Lições de Coisas na Vila de São Miguel de Jucurutu/RN (atualmente município de Jucurutu/RN) entre as décadas de 1927 e 1932. O presente estudo trata-se de uma pesquisa documental e bibliográfica. As fontes utilizadas em nossa investigação compreendem: Mensagens Governamentais; Leis e Decretos localizados no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte; documentos escolares como Livro de Atas e Termos de Visita e Inspeção Técnica do Departamento de Educação do Rio Grande do Norte existentes no acervo do Grupo Escolar Antônio Batista (situado no município de Jucurutu/RN). Tratando-se de uma investigação de caráter histórico pautada na perspectiva da História Cultural, elencamos autores como Chartier (1990) Julia (1995) na tentativa de extrair subsídios metodológicos que fundamentem este estudo. Ao pesquisar o ensino de Lições de Coisas nessa Escola Rudimentar, constatamos sua contribuição para a difusão dos métodos intuitivos de ensino. Esse fato se evidenciava na realização de aulas que ultrapassavam os limites físicos da escola e ocorriam em momentos como passeios escolares e comemorações cívicas. A adoção de práticas dessa natureza foi orientada pela Lei nº 405, de 29 de novembro de 1916, que reformou a Instrução Pública no território potiguar e que posteriormente serviu de base ao Conselho de Educação para a elaboração dos Regimentos Internos das escolas primárias do Rio Grande do Norte.

Palavras-chave: Ensino. Lições de Coisas. São Miguel de Jucurutu/RN.

Palavras iniciais

O presente estudo realizou-se a partir de uma pesquisa documental e bibliográfica. Para tanto, perscrutamos o acervo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN), onde localizamos o Regimento Interno das Escolas Rudimentares, que tratava-se de um documento expedido pela Diretoria Geral de Instrução Pública do Rio Grande do Norte no ano de 1925. Nesse registro constavam, entre outras normas, os procedimentos de ensino, os livros didáticos recomendados e o quadro de horários a ser seguido pelos professores que lecionavam em instituições dessa modalidade escolar. Igualmente, localizamos Mensagens

Governamentais, Leis e Decretos relacionados ao nosso objeto de estudo, ou seja, o ensino das Lições de Coisas na Vila de São Miguel de Jucurutu¹.

Do mesmo modo, pesquisamos no acervo do Grupo Escolar Antônio Batista (situado no atual município de Jucurutu/RN) onde localizamos documentos escolares como o Livro de Atas da Escola Rudimentar da referida Vila. Esse documento, manuscrito pelas professoras da Escola Rudimentar da Vila de São Miguel de Jucurutu, registrava o cotidiano dessa instituição. Ele escreve atividades como: exames escolares, aulas-passeio e festas promovidas pela instituição. Além desse livro também localizamos dois Termos de Visita e Inspeção Técnica do Departamento de Educação do Rio Grande do Norte que juntamente aos demais documentos estudados fundamentaram a escrita desse artigo.

Tratando-se de uma investigação pautada na História Cultural, elencamos autores como Chartier (1990), a partir do qual analisamos as práticas de ensino das Lições de Coisas aqui estudadas; e Julia (1995), em cujos estudos nos fundamentamos para analisar a cultura escolar da referida instituição de ensino.

Objetivamos com esse estudo expor a história e as práticas educativas da Escola Rudimentar da Vila de São Miguel de Jucurutu com ênfase no ensino das Lições de Coisas. O período de funcionamento dessa escola foi marcado pelas prescrições da Lei nº 405, de 29 de novembro de 1916, que teve entre os seus objetivos a implantação dos métodos intuitivos de ensino nas escolas primárias do Rio Grande do Norte. Tais métodos constituíam-se como base para o ensino das Lições de Coisas.

O ensino de Lições de Coisas no Brasil

Durante as primeiras décadas do século XX o sistema de governo republicano gradativamente se consolidava no Brasil. Conforme Souza (2009), seja no Império, seja na república a instrução pública foi entendida por autoridades políticas e intelectuais como um instrumento de desenvolvimento social e econômico para o nosso país. Após assumirem a direção da política brasileira, entre outras críticas, os republicanos apregoavam que apesar dos investimentos realizados durante o governo imperial seriam necessários maiores esforços em prol da qualidade e do acesso à instrução ao maior número possível de brasileiros.

Alguns dos primeiros passos galgados para atingir tais objetivos consistiam em promover melhorias na qualificação dos professores, fundar novas escolas e reformar as já

¹ Destacamos que tais métodos foram amplamente trabalhados na Escola Rudimentar que funcionou nessa Vila entre os anos de 1927 a 1932.

existentes. Nesse sentido o Estado de São Paulo destacou-se como pioneiro, pois, tão logo foi proclamada a República, os representantes do setor oligárquico, investiram na organização de um sistema de ensino modelar concretizado na Reforma Caetano de Campos. Assim, a escola paulista foi estrategicamente erigida como sinal do progresso que a República instaurava servindo de exemplo para outros estados (CARVALHO, 2010).

A referida reforma ocorrida no ano de 1890 recebeu essa denominação devido ao nome do seu idealizador o médico Caetano de Campos. Sua característica marcante não foi a adoção de um currículo de conotação cientificista, mas, a importância atribuída a uma instituição que formasse os professores e que estivesse concretizada numa estrutura física adequada para que os alunos-mestres pudessem estudar, observar os procedimentos dos seus professores e por em prática tais ensinamentos.

Para Caetano de Campos era necessário pensar grande e projetar no espaço do futuro aquela que seria uma verdadeira escola normal. Mas não só arquitetônico era o seu projeto; a prática pedagógica seria a sua pedra angular e para tal criou as escolas-modelo, dirigidas por duas experientes pedagogas. Miss Browne e dona Maria Guilhermina, ambas com formação nos Estados Unidos. Elas colocariam os alunos-mestres em contato com o que havia de mais atualizado no exercício da prática cotidiana escolar. (VILLELA, 2010, p. 118).

Conforme Moacyr (1942), Caetano de Campos compreendia que o trabalho do professor consistia em conduzir o seu aluno pelo caminho da aprendizagem, instigando-o a refletir e descobrir por sua própria vontade os conhecimentos que lhe são ensinados. Essas concepções pedagógicas se baseavam nos métodos intuitivos de ensino² que, advindos da Europa e dos Estados Unidos, chegaram ao Brasil entre o final do século XIX e início do século XX, ou seja, no momento em que a mencionada reforma era realizada.

A incorporação dos métodos intuitivos de ensino nas iniciativas reformistas realizadas no território paulista foi narrada pelo próprio Caetano de Campos no relatório que o mesmo escreveu sobre a reforma educacional por ele proposta. Extraímos da obra de Moacyr (1942, p. 76, grifo nosso) o seguinte trecho do mencionado relatório no qual Caetano de Campos afirmava que

O mestre é um guia. Educar vem de *educare*, conduzir. Os **processos intuitivos** são, pois, a base do ensino moderno. A Alemanha, a Suíça, a

² Tais métodos centravam o processo de ensino na criança, valorizava procedimentos que aguçassem os sentidos do estudante instigando-lhe o próprio desejo de aprender os conhecimentos ensinados seja dentro da sala de aula, seja nos arredores da escola (FARIA FILHO, 2010).

América do Norte, tem aperfeiçoado esses processos com um entusiasmo que honra a civilização humana. É desses países que vem a luz sobre o magno assunto da reforma do ensino, e é com eles que os outros povos estão aprendendo. Eis um primeiro ponto que tive sempre em vista: estudar nesses povos a maneira de ensinar.

A pedagogia do método intuitivo manteve-se como referência no Brasil até a década de 1920. “Entusiasta desse modelo, Caetano de Campos o tomou como base para a organização das escolas-modelos e dos grupos escolares na reforma da instrução pública paulista empreendida na última década do século XIX.” (SAVIANI, 2008, p. 140).

Durante o processo de consolidação da República brasileira o Estado de São Paulo não foi o único a empreender reformas em sua instrução pública, entretanto, devido ao seu pioneirismo em assuntos educacionais, serviu de modelo para outros estados do nosso país, que para lá enviavam comissões de estudo que tinham por finalidade observar o funcionamento dos seus estabelecimentos de ensino escolar. A fórmula para a eficácia do denominado modelo paulista de instrução pública era a seguinte:

Ensino seriado, classes homogêneas e reunidas em um mesmo prédio, sob uma única direção, métodos pedagógicos modernos dados a ver na Escola Modelo anexa à Escola Normal e monumentalidade dos edifícios em que a Instrução Pública se faz signo do Progresso – essa era a fórmula do sucesso republicano em São Paulo. Viagens de estudo a esse estado e empréstimo de técnicos passam a ser a rotina administrativa na hierarquia das providências com que os responsáveis pela Instrução Pública dos outros estados tomam iniciativas de remodelação escolar na Primeira República. (CARVALHO, 2010, p. 226).

Seguindo essa realidade, o Estado do Rio Grande do Norte enviou para São Paulo o professor Nestor dos Santos Lima³, que também realizou viagens de estudo em outras cidades como Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Montevideu e Buenos Aires em cumprimento de

[...] missão oficial dos Governos de Alberto Maranhão e Joaquim Ferreira Chaves, em 1913 e 1923, respectivamente por sugestão do então Diretor da Instrução Pública, Manoel Dantas, com o objetivo de observar os melhoramentos técnicos do ensino primário e normal naquelas cidades latino-americanas. (ARAÚJO, M., 1998, p. 125).

³ Nestor dos Santos Lima foi Diretor da Escola Normal de Natal onde lecionava a cadeira de Pedagogia. Intelectual respeitado no cenário social do Rio Grande do Norte, foi um dos precursores da Escola Nova. Durante a gestão do Governador José Augusto (1924-1928) foi nomeado para o cargo de Diretor da Instrução Pública. (ARAÚJO, M., 1998).

As reformas educacionais empreendidas por estados como São Paulo e Rio Grande do Norte ilustram uma tendência que se propagou pelo restante do território brasileiro nas primeiras décadas do século XX. Nesse período, como em nenhum outro anterior da história educacional do Brasil, a escola foi tão valorizada enquanto instituição formadora da sociedade seja do ponto de vista cultural, seja do ponto de vista moral.

No território norte-rio-grandense a Lei nº 249, de 22 de novembro de 1907, regulamentou uma das primeiras reformas educacionais (RIO GRANDE DO NORTE, 1908a). Ela foi votada pelo congresso legislativo durante a administração do governador Antônio José de Mello e Souza e foi operacionalizada pelo Decreto nº 178, de 29 de abril de 1908 (RIO GRANDE DO NORTE, 1908b), criado pelo governador Alberto Maranhão que, além de restaurar “[...] a antiga diretoria geral de instrução pública, suprimida pelo Decreto nº 153, de 23 de fevereiro de 1905, criava um grupo escolar em cada sede de comarca e uma escola mista nos demais municípios, e estabelecia a Escola Normal desta capital, ivamente instalada a 13 de maio desse ano [...]” (LIMA, 1927, p. 167).

Com o avanço do tempo, uma nova reforma educacional foi realizada no território norte-rio-grandense, dessa vez, pautada na Lei nº 405, de 29 de novembro de 1916, denominada Lei Orgânica do Ensino, que entre outras prioridades teve como objetivo criar escolas, manter e fiscalizar o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos de ensino primário. O artigo nº 42 dessa Lei determinava o método de ensino a ser implantado nas referidas escolas, ou seja, os processos intuitivos de ensino. As lições ministras deveriam ocorrer

[...] de modo que as faculdades do aluno sejam incitadas a um desenvolvimento gradual e harmônico, cumprindo ter em vista o desenvolvimento da faculdade de observação, empregando-se para isto **processos intuitivos**. (RIO GRANDE DO NORTE, 1917, p. 44, grifo nosso).

Segundo Faria Filho (2010) os processos intuitivos de ensino apregoavam a importância do professor em prestar atenção nos processos de aprendizagem dos seus alunos, pois, somente assim os mestres poderiam instigar-lhes o interesse pelo conhecimento.

No limiar do século XX as escolas brasileiras adotaram “A pedagogia do método intuitivo manteve-se como referência durante a Primeira República, sendo que, na década de 1920, ganha corpo o movimento da Escola Nova, que irá influenciar várias das reformas da instrução pública efetivadas no final dessa década.” (SAVIANI, 2008, p. 140).

A incorporação dos ideais escolanovistas na instrução pública do Estado do Rio Grande do Norte foi concretizada no plano administrativo do Governador José Augusto, em cujo mandato (1924-1928) foram elaborados os Regimentos Internos⁴ das escolas primárias do nosso Estado. Esses documentos foram baseados na reforma educacional imposta pela Lei nº 405, de 29 de novembro de 1916⁵.

[...] a Pedagogia Nova se apresentou na forma de um pensamento educacional que compreendia uma política educacional, uma teoria da educação e de organização escolar e metodologias próprias. Estas características permitiram ao escolanovismo compor um ideário que orientou as reformas educacionais no Brasil, como também no Rio Grande do Norte. [...] Essa concepção se materializou nas orientações didático-pedagógicas, por meio dos **métodos intuitivos e das Lições de Coisas**. (ROCHA NETO, 2005, p.141, grifo nosso).

Entre as matérias instituídas como obrigatórias pelos Regimentos Internos das escolas primárias do Rio Grande do Norte destacamos as Lições de Coisas que foram acima mencionadas. Essas lições constituíam-se como base do método intuitivo de ensino, elas deveriam ser ensinadas em todas as escolas públicas do Rio Grande do Norte.

A Escola Rudimentar da Vila de São Miguel de Jucurutu e o ensino de Lições de Coisas

No final da década de 1920 a atual cidade de Jucurutu/RN “Tornou-se Vila do Município de Caicó, pela Lei 709, sancionada pelo Governador Juvenal Lamartine, no dia 08/11/1928.” (MEDEIROS FILHO, J., 2005, p. 5). Anos depois a então Vila de São Miguel de Jucurutu conquistou a sua emancipação política se desmembrando do município de Caicó.

Conforme documentos existentes no IHGRN, a referida Vila foi contemplada com a instalação de uma Escola Rudimentar⁶ no ano de 1922, durante o governo de Antonio José de Mello e Souza, nessa ocasião “[...] foram criadas 22 escolas rudimentares nas seguintes povoações: Campestre e S. Bento, no município de Nova Cruz, Jardim de Piranhas e **S. Miguel de Jucurutu**, no de Caicó.” (RIO GRANDE DO NORTE, 1922, p. 14, grifo nosso).

⁴ Documentos criados no ano de 1925 com a finalidade de reorganizar o ensino primário do Rio Grande do Norte nas modalidades escolares então existentes, ou seja, Escolas Rudimentares, Escolas Isoladas e Grupos Escolares. Nesses documentos constavam orientações sobre as lições, matérias, livros escolares e procedimentos de ensino recomendados para tais escolas.

⁵ Conforme Araújo, M. (1998, p. 151), no Rio Grande do Norte “Para efeito de homogeneização pedagógica e administrativa do ensino, foi elaborado pelo Conselho de Educação, com base na Lei da Reforma de 1916, o Regimento Interno para cada escola primária”.

⁶ As escolas rudimentares poderiam ser fixas ou ambulantes, eram criadas nos bairros, povoados, ou fazendas que contassem mais de cinquenta analfabetos. (RIO GRANDE DO NORTE, 1925).

No Livro de Atas da Escola Rudimentar da Vila de São Miguel de Jucurutu (1927-1935) consta que as professoras Maria José do Nascimento, Olívia Pereira e Theodora Valle lecionaram nesse estabelecimento escolar. Elas realizavam práticas educativas que constituíam a cultura escolar dessa instituição. A cultura escolar pode ser descrita como um conjunto de normas definidoras de conhecimentos transmitidos a partir de práticas.

Normas e práticas não podem ser analisadas sem se levar em conta o corpo profissional dos agentes que são chamados a obedecer ordens e, portanto, utilizar dispositivos pedagógicos encarregados de facilitar sua aplicação, a saber, os professores primários e os demais professores. (JULIA, 1995, p. 10).

Os estudos de Julia (1995) nos permitem entender as práticas educativas das mencionadas professoras como seguimento de normas orientadas pelo Regimento Interno das Escolas Rudimentares do Rio Grande do Norte (RIO GRANDE DO NORTE, 1925, p. 2). Esse documento prescreveu as metodologias de ensino, a serem utilizadas nesse tipo de escola.

Chartier (1990) formula para as práticas dos indivíduos nas diversas sociedades e épocas o conceito de representação. Segundo ele, tal conceito é fundamental para os estudos que seguem a perspectiva da História Cultural também conceituada como história das representações. Essa história é produzida pelos mais diferentes atores sociais, ao pensar (representar) uma realidade vivida. Esse conceito nos permite entender as práticas das professoras que lecionaram na Escola Rudimentar da Vila de São Miguel de Jucurutu como uma representação que objetiva

[...] reconhecer uma identidade social, exibir uma maneira própria de estar no mundo, significa simbolicamente um estatuto e uma posição. Assim como [...] as formas institucionais e objetivadas graças às quais uns 'representantes' (instâncias coletivas ou pessoas singulares) marcam de forma visível e perpetuada a existência do grupo, da classe e da comunidade. (CHARTIER, 1990, p. 23).

As práticas dessas professoras representam o contexto educacional do período em que lecionaram, sendo, portanto, originárias de culturas educacionais como regulamentos e normatizações, às quais estiveram submetidas. Elas seguiam determinações do Regimento

Interno das Escolas Rudimentares do Rio Grande do Norte e realizavam passeios escolares⁷ em sítios e fazendas situados nos arredores dessa Vila. Nesses espaços rurais, elas ministravam Lições de Coisas sobre plantas, animais, insetos e outros elementos característicos desses ambientes (ESCOLA RUDIMENTAR DA VILA DE SÃO MIGUEL DE JUCURUTU, 1927-1932).

Conforme Valdemarin (2004), as Lições de Coisas consistiam em colocar um objeto concreto sob os olhos do aluno a fim de levá-lo a adquirir uma interpretação por meio dos cinco sentidos fazendo-o as coisas, suas expressões, seus fenômenos e os termos que o designam. As Lições de Coisas deveriam partir de coisas que servem a vida, partindo de objetos familiares aos alunos, aprofundando ideias que já possuem e adquirindo novas.

As Lições de Coisas possibilitavam aos alunos da Escola Rudimentar em análise a apreciação dos objetos estudados durante as aulas. Mostramos como exemplo a transcrição em Ata de um passeio realizado pela professora Maria José do Nascimento, no qual os alunos receberam uma Lição de Coisas sobre a produção da cana de açúcar:

Aos vinte e oito dias de outubro do ano de 1927, a Escola Rudimentar da Vila de São Miguel de Jucurutu, realizou um passeio escolar presente a professora e trinta e quatro (34) alunos. O local escolhido para o referido passeio foi o sítio Mudubin. Chegando ao local supra, depois do indispensável descanso os alunos receberam uma **Lição de Coisas que versou sobre a produção da cana de açúcar, a qual foi ouvida com a máxima atenção que se provou com um ligeiro interrogatório sobre a mesma**. Terminando esta parte, seguiu-se a parte recreativa que constara de merenda, jogos e calistênica ao ar livre. Com a maior harmonia, voltou-se ao edifício da escola o que verificou-se as nove e meia horas. Terminando o passeio, lavrei o presente Termo que assino. Eu, Maria José do Nascimento professora dessa Escola Rudimentar. (ESCOLA RUDIMENTAR DA VILA DE SÃO MIGUEL DE JUCURUTU, 1927-1932, p. 31, grifo nosso).

As Lições de Coisas ministradas pelas mencionadas professoras possibilitavam que os seus alunos mantivessem contato direto com a natureza local, podendo assim, por meio dos seus sentidos analisarem os objetos estudados a partir da sua observação direta em localidades rurais. Com base no Livro de Atas da Escola Rudimentar da Vila de São Miguel de Jucurutu (1927-1932), elaboramos o seguinte quadro demonstrativo que especifica os locais escolhidos, os passeios escolares e as respectivas Lições de Coisas ministradas pelas professoras Maria José do Nascimento, Olívia Pereira e Theodora Valle no período em que

⁷ No período em que vigorou tal Regimento determinava o seguinte: “Os professores deverão realizar, sempre que for possível, **passeios escolares**, outras comemorações cívicas e encerramento festivo.” (RIO GRANDE DO NORTE, 1925, p. 13, grifo nosso).

regeram essa Escola Rudimentar (ESCOLA RUDIMENTAR DA VILA DE SÃO MIGUEL DE JUCURUTU, 1927-1932).

Quadro 1 – Passeios Escolares realizados pela Escola Rudimentar da Vila de São Miguel de Jucurutu (1927-1932)

Professora organizadora	Passeio Escolar/ local (data)	Lição de Coisas ministrada
Maria José do Nascimento	Sítio Timbaúba (07/05/1927)	Não foi registrada em Ata
	Sítio Mudubin (28/10/1927)	Lição de Coisas sobre a produção da cana de açúcar
Olívia Pereira	Fazenda Jucurutu (29/03/1928)	Lição de Coisas sobre denominações dadas às terras e as águas
	Fazenda Pedra do Navio (24/08/1928)	Lição de Coisas sobre as principais vegetações do estado do Rio Grande do Norte
	Sítio Timbaúba (28/09/1928)	Lição Geral sobre Geografia
	Fazenda Jucurutu (28/09/1929)	Lição de Coisas sobre os Reinos da Natureza
Theodora Valle	Fazenda Jucurutu (13/03/1930)	Lição de História Pátria sobre a Colonização
	Fazenda Pedra do Navio (23/10/1930)	Lição de História Pátria sobre a Proclamação da República
	Fazenda Poço Comprido (30/04/1931)	Lição de Moral sobre o fumo, o álcool, o jogo e os meios de serem combatidos
	Fazenda Riacho Fundo (23/07/1931)	Lição de coisas que versou sobre as produções: o algodão, a mandioca, os cereais e a cana de açúcar
	Fazenda Pedra do Navio (23/10/1931)	Lição Geral de Geografia que versou sobre a capital e os municípios
	Fazenda Poço Comprido (17/03/1932)	Lição de Coisas sobre a flora sertaneja
	Fazenda Aroeira (26/05/1932)	Lição de Coisas sobre os presidentes da República e os elementos da Natureza
	Margem esquerda do rio Piranhas (25/08/1932)	Lição de Coisas que versou sobre as produções; o algodão, o sal, a mandioca, os cereais e a cana de açúcar

Fonte: Elaborado com base no Livro de Atas da Escola Rudimentar da Vila de São Miguel de Jucurutu (1927-1932).

Os procedimentos de ensino supratranscritos eram orientados pelo Regimento Interno das Escolas Rudimentares do Rio Grande do Norte, para o ensino da matéria de Linguagem. Esse documento prescrevia como exercícios a “[...] descrição de objetos da casa, da escola, da

fazenda, dos arredores, etc., já conhecidos do aluno.” (RIO GRANDE DO NORTE, 1925, p. 26, grifo nosso). Baseando-se nessa norma a professora Maria José do Nascimento realizava interrogatórios com os seus alunos para que eles descrevessem os objetos e assuntos estudados durante as Lições de Coisas.

As Lições de Coisas ministradas pelas mencionadas professoras possibilitavam que os seus alunos mantivessem contato direto com a natureza local, podendo assim, por meio dos seus sentidos, analisarem os objetos estudados a partir da sua observação direta em localidades rurais.

Algumas considerações

Nas décadas iniciais do século XX os políticos e intelectuais que marcaram a instrução primária no Brasil buscaram implantar medidas que objetivaram promover a modernização da instrução pública. No estado do Rio Grande do Norte essa realidade se materializou na instalação de escolas nas diversas regiões do seu território. Na Vila de São Miguel de Jucurutu (atual município de Jucurutu/RN), localizada na Região Seridó, a Escola Rudimentar, que lá funcionou entre os anos de 1927 a 1932, foi a instituição responsável pela difusão dos métodos intuitivos de ensino concretizados nas Lições de Coisas ministradas pelas professoras dessa escola em áreas rurais daquela localidade.

Durante tais lições os seus alunos eram colocados em contato direto com o solo, a vegetação e a natureza local nos momentos em que assistiam explicações correlatas a esses ambientes. Essa realidade demonstra que no início do século XX a modernização da instrução pública, cujos fundamentos se assentavam em concepções pedagógicas advindas de países da Europa e dos Estados Unidos, esteve presente nos mais longínquos recantos do nosso país, inclusive nas áreas mais afastadas da capital norte-rio-grandense ou dos principais centros urbanos brasileiros.

Referências

ARAÚJO, Maria Marta de. **José Augusto Bezerra de Medeiros**: político e educador militante. Natal: EDUFRN, 1998.

CARVALHO, Maria Marta Chagas de. Reformas da Instrução Pública. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (Orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 225-251.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Galhardo. Lisboa: Difel, 1990.

ESCOLA RUDIMENTAR DA VILA DE SÃO MIGUEL DE JUCURUTU. **Livro de Atas da Escola Rudimentar da Vila de São Miguel de Jucurutu**. Jucurutu/RN, 1927-1932.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Instrução elementar no século XIX. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (Orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 135-149.

JULIA, Dominique. **A cultura escolar como objeto histórico**. Tradução Gizele de Souza. International journal of the history of education. Suppl. Series, v. I. Coord. A. Nóvoa, M. Depaepe e E. V. Johanningmeier, 1995, p. 353-382.

LIMA, Nestor dos Santos. **Um século de Ensino Primário**. Natal: Typografia d'A República, 1927.

MEDEIROS FILHO, João. In: **Revista Oficial da Festa de São Miguel de Jucurutu**. v. I. Caicó/RN: Netograf, setembro de 2005.

MOACYR, Primitivo. **A instrução pública no Estado de São Paulo: primeira década republicana (1890 -1893)**. São Paulo – Rio de Janeiro – Recife – Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1942.

RIO GRANDE DO NORTE. Lei nº 249, de 22 de novembro de 1907. Autoriza o governo a reformar a instrução pública. **Atos Legislativos e decretos do governo**. Natal: Typografia d'A República, 1908a.

_____. Decreto nº 178, de 29 de abril de 1908. Reestabelece a Diretoria Geral da Instrução Pública, cria a Escola Normal, Grupos Escolares e Escolas Mistas e dá outras providências. **Atos legislativos e decretos do governo**. Natal: Typografia d'A República, 1908b.

_____. Lei nº 405, de 29 de novembro de 1916. Reorganiza o ensino primário, secundário e profissional, no Estado. **Atos Legislativos e Decretos do Governo**. Natal: Typografia d'A República, 1917.

_____. **Mensagem lida perante o congresso legislativo na abertura da segunda sessão da undécima legislatura em 1º de novembro de 1922 pelo governador Antônio J. de Mello e Souza**. Natal: Typ. Commercial – J. Pinto & C, 1922.

_____. **Regimento Interno das Escolas Rudimentares**. Natal: Typografia d'A República, 1925.

ROCHA NETO, Manoel Pereira da. **A educação da mulher norte-rio-grandense, segundo Júlia Medeiros (1920-1930)**. 2005. 202 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.

SAVIANI, Demerval. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. 2. ed. Campinas - SP: Editora Autores Associados, 2008.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Alicerces da pátria**: história da escola primária no estado de São Paulo. Campinas/SP: Mercado de Letras, 2009.

VALDEMARIN, Vera Teresa. **Estudando as Lições de Coisas**: análise dos fundamentos filosóficos do Método de Ensino Intuitivo. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

VILLELA, Heloisa de O. S. O mestre-escola e a professora. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (Org.). **500 anos de educação no Brasil**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 95-134.